

INFORMAÇÃO SEMANAL

	PÁG:
✓ FLASH INFORMATIVO	1
✓ NOTÍCIAS DE MERCADOS	2
✓ BOLSA DO PORCO	6
✓ BOLSA DO BOVINO	7
✓ PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	8
✓ PREÇOS DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO	9
✓ COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS	10
✓ LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA	12
✓ RECORTES DA IMPRENSA	13
✓ VIII CONGRESSO NACIONAL DE SUINICULTURA	17
✓ FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA – CAP – 14 DE JUNHO	18

INFORMAÇÃO SEMANAL

FLASH INFORMATIVO

- **PAC:** ONG ambientalistas pressionam Comissão para uma reforma mais profunda da Política Agrícola Comum, mas esta vai privilegiar um equilíbrio entre ambiente, competitividade e sustentabilidade
- **INOVAÇÃO:** IACA presente em Espanha nas Jornadas de Inovação promovidas pela ASAJA para agricultores e produtores pecuários; modelo ibérico da produção pecuária deve e tem de ser mantido
- **BIOTECNOLOGIA:** EFSA prepara avaliação de risco para vestígios de OGM em alimentos importados; objetivo é o de rever os atuais limiares
- **ANTIBIÓTICOS:** Novo plano europeu sobre a resistência antimicrobiana deve ser apresentado em meados de junho; CAP promove jornadas sobre o tema que contam com a colaboração, entre outros, da DGAV e da IACA, dia 14 de junho, na Feira da Agricultura
- **BOLSA DO PORCO (11/05/17):** Tendência de manutenção
- **BOLSA DO BOVINO (12/05/17):** Manutenção em todas as categorias
- **PREÇOS MÉDIOS DE PRODUTOS PECUÁRIOS (semana de 08/05/17 a 14/05/17):**
 - AVES:** Tendência de estabilidade é nota dominante
 - BOVINOS:** Tendência de manutenção em todos os mercados
 - SUÍNOS:** Tendência de estabilidade
 - OVINOS:** Tendência de estabilidade
- **COTAÇÕES INTERNACIONAIS DAS MATÉRIAS-PRIMAS E PREÇOS DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO**
- **LEGISLAÇÃO:** Alterações relativas às definições de farinha de peixe e de óleo de peixe; aprovações de diversas substâncias como biocidas
- **RECORTES DE IMPRENSA:** Destaque para o setor do leite, nos Açores; historial do processo dos nitrofuranos, cuja cronologia data de 2002, com o Estado a ter de pagar indemnizações pelos avaliações, perceções, erros cometidos e acusações infundadas; DECO reafirma que segurança alimentar melhorou de forma muito significativa
- **NOVOS DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO ANIMAL: BIOSSEGURANÇA E RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA, FNA, DIA 14 DE JUNHO**
- **VIII CONGRESSO NACIONAL DE SUINICULTURA, DIAS 22 E 23 DE JUNHO, CARTAXO**

PAC - ONG ambientalistas pressionam Comissão para uma reforma profunda

A revisão da Política Agrícola Comum é urgentemente necessária **"para a UE atingir as metas de desenvolvimento sustentável"**, adverte um estudo apresentado no dia 11 de maio por algumas ONG, como as ambientalistas EEB e Birdlife, numa Conferência que organizaram em Bruxelas sobre o futuro da PAC.

Para os promotores do evento, com as regras atuais e sem uma revisão substancial, a PAC será "ineficaz" em termos de cumprimento dos objetivos ambientais estabelecidos pela UE, nomeadamente em matéria de biodiversidade e clima, bem aceites pelos europeus. Estas organizações consideram que a política atual não se enquadra no âmbito dos desafios em termos de agricultura sustentável.

As ferramentas de proteção ambiental existem, mas não podem alcançar os seus objetivos, porque "existem outros instrumentos que competem entre si na implementação da Política Agrícola", conclui o mesmo estudo. Por isso solicitam um novo exame de saúde da PAC que a Comissão Europeia tem rejeitado.

De facto, é necessário assegurar um equilíbrio entre competitividade e sustentabilidade porque esta, não é só ambiental, mas social e económica. Obviamente que estas ONG têm uma visão demasiado restritiva, a que urge fazer frente e demonstrar que, sem fundamentalismos, é possível estabelecer objetivos razoáveis e equilibrados. É o que temos procurado demonstrar.

Se a reforma vai ter lugar no pós-2020, com tantas condicionantes, como o Bréxit, ou uma nova Comissão e um novo Parlamento (mais liberal?) em 2019, é certamente uma incógnita mas, por agora, tudo se conjuga para manter o calendário: fim da consulta pública no passado dia 2 de maio – a IACA deu conta de alguns indicadores e o que está em jogo -, Conferência da Comissão dia 7 de julho para se conhecer concretamente os resultados e as grandes orientações da consulta, uma comunicação sobre as propostas de revisão (ou modernização) em novembro e, eventualmente, propostas legislativas, no início de 2018, para se iniciar a discussão com o Conselho e o Parlamento Europeu.

Assegurando a coordenação da Task Force da FEFAC para este dossier da PAC, a IACA não deixará de estar presente em todas estas reuniões. Em Portugal, já é certo que a FIPA vai integrar a Comissão de Representantes que funcionará junto do Ministro da Agricultura, sendo certo que o nosso papel será o de catalisador das posições nacionais do setor Agroalimentar.

No entanto, com tantas incertezas, parece difícil aplicar uma nova PAC em 2021, mas, para já, a Política Agrícola deverá ter ganho no novo Presidente francês um aliado, com o programa de Emmanuel Macron, a estar alinhado, de algum modo, com as propostas da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, defendendo ainda a salvaguarda do orçamento agrícola europeu (como vai ser feito sem a contribuição do Reino Unido) e os acordos de comércio-livre.

Como aqui referimos na semana passada, a Comissão Europeia fechou o processo de consulta pública sobre o futuro da PAC após 2020, com mais de 320.000 contribuições, das quais cerca de 260 000 apoiantes das ONG. E, como era de esperar, a estratégia de comunicação destas organizações está a ser feita como se o número de respostas fosse o mais importante.

A mobilização destes atores foi muito relevante (de resto não lhes falta capacidade de organização e de articulação, de "ruído", sobretudo nas redes sociais), mas já todos fizemos sentir à Comissão que o mais importante não é o número, mas o facto de que os agricultores, o agroalimentar e outros operadores do mercado e do Setor têm os seus canais próprios e as

suas Organizações representativas e foi nessa qualidade que se pronunciaram. Por exemplo, a FEFAC representa (e representou neste processo) a “voz” de 3 500 empresas fabricantes de alimentos compostos para animais e ainda mais empresas, se incluirmos todos os associados das diferentes associações europeias.

Phil Hogan destaca o sucesso da PAC em Conferência de Ambientalistas

Abrindo os trabalhos da referida Conferência, o Comissário Europeu da Agricultura, Phil Hogan referiu que a PAC é uma das histórias de sucesso da integração europeia. ***“Com esta política, temos conseguido a segurança alimentar, os mais elevados padrões globais de segurança e qualidade dos alimentos, padrões mínimos para o ambiente, o desenvolvimento rural sustentável e a modernização das práticas agrícolas europeias”.***

No entanto, admitiu, que nos devemos esforçar para fazer melhor, particularmente para conseguir compromissos internacionais, como o Acordo de Paris sobre o clima. ***“E eu acredito que nós temos opções reais e práticas para alcançar os nossos objetivos ambientais: agricultura de precisão, melhor educação e formação, recursos, máquinas eficientes e novos modelos de reciclagem podem contribuir para produzir mais com menos”*** assegurou Phil Hogan.

IACA presente em Espanha nas Jornadas de Inovação

E estando presentes no passado dia 12 de maio, em Espanha (Jerez de la Frontera) numa Conferência sobre Inovação, a convite da ASAJA, para além de apresentarmos os pontos de vista da FEFAC, na qualidade de representantes da Indústria europeia, sobre Sustentabilidade e a Visão 2030, tivemos a oportunidade de tomar conhecimento com o que se está a fazer, em Sevilha, pelo JRC, o Centro de Investigação da União Europeia, precisamente na mitigação do impacto das alterações climáticas, no sentido de preservar a competitividade com as melhores práticas agrícolas, pecuárias e ambientais. O objetivo é ainda, garantir o modelo de pecuária na União Europeia, aliando a inovação, a tecnologia com a sustentabilidade, no sentido de viabilizar os sistemas produtivos, tão necessários a Portugal e a Espanha.

Os delegados de outros países ou instituições presentes (França, Finlândia, Turquia, Estados Unidos, Bulgária, Parlamento Europeu), tomaram ainda conhecimento e contacto com a importância das culturas transgénicas, milho em particular (o único evento autorizado para cultivo), bem como a relevância do regadio nos países ibéricos, sobretudo na região da Andaluzia.

Em junho, no quadro do Congresso da FEFAC, que terá lugar em Córdoba, nos dias 8 e 9 de junho, o Comissário Hogan estará presente em Espanha, juntamente com a Ministra de Agricultura de Espanha e o Secretário de Estado português Luis Vieira (em representação do Ministro Capoulas Santos, ausente no Brasil, a acompanhar o Presidente da República).

Este evento será, seguramente, um momento decisivo para vincarmos o nosso modelo de pecuária e uma reforma da PAC que tenha em conta um maior equilíbrio entre a produção vegetal e animal, à luz das lições que (todos) retirámos com as recentes crises do leite e da carne de porco e das medidas necessárias para evitar novas crises de mercado, algumas das quais passam por alterações nos instrumentos de estabilização de rendimentos, das reservas de crise, de eventuais programas para a redução voluntária da produção, como aconteceu no setor do leite, ou o funcionamento mais equilibrado da cadeia alimentar.

Um tema ao qual a Comissão promete regressar em breve, com uma comunicação sobre as práticas abusivas, e que o Parlamento Europeu, pelo menos ao nível da Comissão de Agricultura, reiterou a firme vontade de legislar antes de terminar o atual Mandato. Os eurodeputados de Portugal e Espanha têm vindo a trabalhar nesse sentido.

Em Portugal, pelo menos para já, vamos promover o Código de Boas Práticas assinado no âmbito da PARCA e agilizar os procedimentos necessários á sua implementação, complementando a legislação em vigor.

BIOTECNOLOGIA - EFSA prepara uma avaliação de risco de vestígios de OGM nos alimentos importados

A Autoridade Europeia de Segurança Alimentar abriu até ao próximo dia 13 de junho, uma consulta pública sobre o projeto de orientação para a avaliação de risco da presença de material vegetal geneticamente modificado não autorizado na UE em alimentos (animais e humanos) importadas.

O objetivo é o estimar os riscos e, caso existam, propor ações a Bruxelas para os evitar. Atualmente, a UE aceita transferências de produtos que contenham 0.1% de OGM ainda não autorizados na Europa, mas aprovados noutros países (exportadores), para a alimentação animal e com parecer positivo da EFSA.

Pelo contrário, para os géneros alimentícios vigora a política de tolerância zero. Bruxelas tinha há alguns anos, planeado introduzir o mesmo limite de 0,9% para alimentos e sementes. Pode ser que este estudo venha a colocar o limiar em pelo menos 0.9%, o limite que é imposto á rotulagem. Tanto mais que, como vimos na edição da IS da semana passada, as áreas de cultivo de OGM a nível mundial continuam em alta e com eventos que asseguram múltiplas resistências.

Em 2016, o mercado de sementes transgênicas totalizou US \$ 15,8 biliões, um aumento de 3% em relação a 2015, cerca de 35% do mercado global.

MON810: Não existe desenvolvimento de resistência na UE

Entretanto, num relatório elaborado pela EFSA sobre o acompanhamento anual das culturas transgênicas, conclui-se que não houve diminuição em 2015 da sensibilidade de populações de brocas do milho em Espanha à proteína Cry1Ab produzida pelo milho MON810 (molécula que lhe dá o caráter de resistência a pragas).

No entanto, destaca a EFSA, a metodologia para monitorizar a resistência a insetos manteve-se inalterada a partir de relatórios anteriores, pelo que o Grupo de Trabalho sobre os OGM recomenda à Monsanto a melhoria do seu sistema de avaliação (incluindo questionários preenchidos pelos agricultores).

ANTIBIÓTICOS – Novo plano europeu deve ser apresentado em 15 de junho

A Comissão Europeia deverá apresentar por ocasião do Conselho de Ministros da União Europeia responsáveis pelo pelouro da saúde e proteção dos consumidores, que se realiza no Luxemburgo, dia 15 de junho, o novo Plano de Ação para lutar contra a resistência aos antibióticos.

No quadro de um encontro com os eurodeputados, o Comissário Andriukaitis salientou que este plano vai assentar em **3 pilares: harmonizar e apostar nas boas práticas na União Europeia, estimular a investigação e compromisso com as iniciativas internacionais.**

Esta iniciativa constitui a resposta ao pedido dos Estados-membros de dar sequência ao plano anterior, que tinha terminado em 2016.

Durante este período, os serviços de Bruxelas realizaram missões e inquéritos nos diferentes países, no sentido de avaliar as Boas Práticas em 10 Estados-membros e que será bastante útil para delinear o futuro Plano.

Por outro lado, é da maior importância a adoção da sua posição negocial perante o Conselho e o Parlamento Europeu sobre os medicamentos veterinários e os alimentos medicamentosos, duas peças legislativas que vão ser essenciais na luta contra a resistência antimicrobiana e que irão permitir a promoção de uma utilização apropriada e consciente, porque dos antibióticos na produção animal.

Um tema que vai ser debatido pela CAP, na Feira Nacional da Agricultura, dia 14 de junho e que contará, entre outros, com a colaboração da DGAV e da IACA, pelo seu Secretário-Geral, na qualidade de relator do PANRUAA e com a responsabilidade da Comunicação, fazendo a ponte com os outros relatores.

O Programa pode ser consultado nesta edição da IS.

Mais um desafio para a Fileira Pecuária...

ENERGIAS RENOVÁVEIS – Setor agrícola posiciona-se para um novo debate

Numa altura em que o relator do Parlamento Europeu se prepara para divulgar o seu projeto de posição sobre a revisão da atual Diretiva relativa às energias renováveis, as organizações agrícolas europeias reafirmam a sua oposição às propostas de Bruxelas.

Estas, que aqui relembramos, apostam na diminuição progressiva dos biocombustíveis de primeira geração e critérios de sustentabilidade para a biomassa produzida para a produção de calor, frio e gaz.

Para o COPA/COGECA, esta proposta poderá limitar, ou mesmo eliminar, a biomassa agrícola e florestal da União Europeia.

Nesta perspetiva, os agricultores avançam com a proposta de fixar em 15% o objetivo para a incorporação de biocombustíveis nos transportes até 2030, seja alargado a todos os tipos de biocombustíveis sustentáveis e que o plafond de 7% sobre os biocombustíveis de primeira geração seja mantido até 2030.

Um debate que se afigura muito difícil, pelos diferentes interesses em jogo, e desde logo, a disponibilidade de matérias-primas para a alimentação animal, mas, em simultâneo, as posições da indústria alimentar, que tem recusado qualquer “desvio” de matéria-prima para a produção de energia, em contraponto com a nossa Indústria que tem uma posição mais favorável no que respeita ao biodiesel (pela disponibilidade de bagaços como fontes de proteína, sobretudo a colza) ou os produtores agrícolas que consideram os biocombustíveis como uma alternativa de mercado interessante, pela diversidade de procura e eventual melhoria de preços para as explorações.

Para a IACA, não temos dúvida de que deveremos privilegiar a alimentação, humana e animal, em detrimento da energia como sempre afirmámos. E foi esse o sinal da Comissão e do Parlamento Europeu, com a implementação de metas para os biocombustíveis de primeira e segunda geração.

Fontes: Agra Europe nº 3 595, IACA

BOLSA DO PORCO

INFORMAÇÃO SEMANAL

Sessão de 11 de maio de 2017

Manutenção

FIXADA NESTA SESSÃO

(Euros /KG/Carcaça, Classe E, 57% de músculo, entrada Matadouro)

ÚLTIMAS COTAÇÕES REGISTRADAS NA U.E

PAÍS	DATA	EUROS	Nas Condições para:
Espanha	11 de maio	1.355	Lérida: Euros peso/vivo
França	11 de maio	1.491	Plérin: em Euros, carcaça, TMP.
Holanda	05 de maio	1.710	Utrechtse: em Euros, com 56% de carne
Dinamarca	11 de maio	1.540	Em Coroas DK, convertido em Euros, carcaça, 57% de carne
Alemanha	10 de maio	1.760	Em Euros, carcaça com 56% de carne

* A Bolsa do Porco passará a apresentar apenas a variação de preço

Ver também em: www.bolsadoporco.com

A próxima sessão realizar-se-á no dia 18 de maio de 2017 (quinta-feira), pelas 19 horas

A Mesa de Cotações

BOLSA DO BOVINO

INFORMAÇÃO DE MERCADO

SESSÃO Nº 18 de 12 de maio de 2017

TENDÊNCIA: Manutenção em todas as categorias.

A opção esta semana voltou a ser a manutenção.

Cotações registadas esta semana, em Euros/Kg/Carcaça R

Categoria	Cotação
Novilhos	4.00
Novilhas	4.05
Vitela	4,40
Vacas	2,20

Observações: As cotações estabelecidas na mesa referem-se aos animais vendidos, pagos em função do peso carcaça.

A próxima sessão realizar-se-á na sexta-feira, dia 19 de maio de 2017, pelas 12.15 Horas.

A Mesa de Cotações

PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS

BOVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção			
Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,95	3,95	0,00%
Entre Douro e Minho (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,20	3,20	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	250,00	250,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,85	3,85	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,45	3,45	0,00%
Coimbra (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,30	3,30	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	275,00	275,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,90	3,90	0,00%
Guarda (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,40	3,40	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,90	3,90	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,10	3,10	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/Kg. P. Carcaça	2,40	2,40	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	290,00	290,00	0,00%
Évora (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,95	3,95	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/KG. P. Carcaça	2,00	2,00	0,00%
OVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção			
Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,50	2,50	0,00%
Alentejo Norte (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,15	2,15	0,00%
Beja (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,10	2,10	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,25	3,25	0,00%
Coimbra (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,50	3,50	0,00%
Cova da Beira (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,30	3,30	0,00%
Elvas (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,50	2,50	0,00%
Estremoz (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,10	2,10	0,00%
Évora (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,25	2,25	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	1,70	1,70	0,00%

AVES / OVOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Dão - Lafões (Produção)			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,90	0,90	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	0,85	0,85	0,00%
Dão - Lafões (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,50	1,70	13,33%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	0,95	0,95	0,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	0,85	0,85	0,00%
Litoral Centro (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,45	1,60	10,34%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	0,95	0,90	-5,26%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	0,85	0,80	-5,88%
Médio Tejo			
Ribatejo e Oeste			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,80	0,80	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	1,00	0,95	-5,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,05	0,90	-14,29%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	0,95	0,90	-5,26%
Perú 80% 5,7 a 9,8 Kg. EUR/KG - P. Carcaça (Grossista)	2,26	2,26	0,00%

SUÍNOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

PORCO Classe E (57%)

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Alentejo	1,70	1,70	0,00%
Algarve	1,98	1,98	0,00%
Beira Interior	1,68	1,68	0,00%
Beira Litoral	1,73	1,73	0,00%
Entre Douro e Minho	1,87	1,87	0,00%
COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL (*)	1,85	1,85	0,00%

* Cotação com base no volume de abate de cada área de mercado

LEITÕES - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Leitões até 12 Kg			
Alentejo	3,05	3,05	0,00%
Algarve	3,42	3,42	0,00%
Beira Litoral	3,08	3,08	0,00%
Leitões de 19 a 25 Kg.			
Alentejo	2,30	2,30	0,00%

CEREAIS - PREÇOS DO MERCADO INTERNO

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
LISBOA			
Trigo Mole Forrageiro	178,00	178,00	0,00%
Cevada Forrageira (Hexástica)	172,00	172,00	0,00%
Milho Forrageiro	180,00	180,00	0,00%

Semana Anterior : De 01 a 07/05/2017

Semana Corrente: De 08 a 14/05/2017

Fonte: SIMA/GPP

COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS

OILSEEDS, CRUDE OILS, FATS, MEALS & GRAINS : Lowest Representative Asking Prices for Nearest Forward Shipment, in Bulk (excl. import duty, if any, US-\$/Tonne)

	May 11	Change	May 4	Apr 27	Apr 2017	Mar 2017	Apr 2016	Oct 16/17	Oct 15/16
Soybeans, Brazil, cif Rott	396 My	+0.3%	395 My	389 My	388	409	396	414	377
Soybeans, U.S., cif Rotterdam	393 My	+0.3%	392 O	388 O	389(a)	404(a)	393(b)	411	374
Soybean oil, US, fob Gulf	760 My	-0.1%	761 My	745 My	737	757	758	806	705
Soybean oil,U.S.,fob Decatur(c)	683	0.0%	683	666	660	685	719	736	652
Soybean oil,Dutch, fob ex-mill	826 My	+0.6%	820 My	778 My	791	812	796	851	753
Soybean oil, Brazil, fob	734 My/Je	-0.1%	735 My	714 My	712	724	731	773	682
Soybean oil, Argentina, fob	732 My/Je	0.0%	732 My	707 My	699	713	729	769	683
Soy meal,44/45%,Hmb,fob exmill	331 My	-0.6%	333 My	330 My	331	346	339	345	322
Soya pell, 48%, Brazil, fob	314 My	-2.2%	321 My	310 My	310	332	331	334	314
Soya pell, 47%, Arg, fob	321 My	-2.1%	328 My	318 My	318	340	332	343	317
Soya meal, 49%,Arg,cif Rott	359 My	+0.8%	356 My	353 My	352	368	355	369	345
Soya pell, 48%,Brazil,cif Rott	351 My	+0.3%	350 My	347 My	345	360	345	361	340
Soymeal Yell 48% Ex-Kandla fas	394 My	-0.3%	395 My	400 My	389	369	495	375	491
Groundnuts, US Runners 40/50(d)	1650 Ap/My	1650	1650	1163	1621	1166
Grnd'nt oil,any orig,cif Rott	1550 Jy/Ag	0.0%	1550 Je/Jy	1550 Je/Jy	1558	1578	1350(e)	1544	1297
Sunseed, EU, cif Amsterdam	405 My	+0.7%	402 My	400 My	400	410	427(f)	414	458
Sunseed, fob Black Sea	380 Je	+1.3%	375 My	375 My	379	390	413	393	425
Sunoil, EU, fob N.W.Eur. ports	800 My/Je	0.0%	800 My/Je	790 My/Je	784	783	857	814	859
Sunoil, Arg., fob	725 My/Je	+0.7%	720 My	720 My	720	729	771	749	760
Sunoil, fob Black Sea	743 Je	+1.0%	736 My/Je	730 My	724	732	797	754	787
Sunmeal, Ukraine, DAF	170 My	0.0%	170 My	173 My	169	175	192	181	194
Rapeseed,Europe,00,cif Hamburg	431 My/Je	+0.2%	430 My/Je	435 My/Je	431	440	421	438	407
Rape oil,Dutch, fob ex-mill	842 My	-0.6%	847 My	832 My	824	850	811	883	792
Rape meal,34%,fob ex-mill Hmb	236 Je/Jy	-0.8%	238 My/Je	235 My	239	238	239	225	226
Corn oil, U.S., fob Midwest	838 My	0.0%	838 My	838 Ap/My	834	880	970	886	884
Corn oil, U.S., fob Gulf	966 My	+1.5%	970 My	970 My	970	994	1045	999	968
Olive Oil,Spain,Extra Virgin(g)	4410 My	+0.7%	4378 My	4348 My	4186	4116	3573	3850	3646
Palm oil crude, cif Rotterdam(h)	744 My	+5.8%	703 My	663 My	685	734	722	751	618
Palm oil RBD, Mal, fob	690 Je	+1.3%	681 My/Je	675 My	681	713	707	718	596
Palm oil crude, Indonesia, fob	688 My/Je	+2.2%	673 My	665 My	674	704	714	719	582
Palm olein RBD, Mal, fob	694 My/Je	+2.1%	680 My	680 My	686	716	713	721	607
Palm olein RBD, Mal, cif Rott	759 My/Je	+1.9%	745 My	740 My	743	776	783	783	677
Palm stearin RBD, Mal fob	615 My/Je	+2.5%	600 My	600 My	616	683	666	711	545
Palm stearin RBD, Mal,cif Rott	680 My/Je	+3.0%	660 My	660 My	675	750	736	774	616
Palmkern oil,Mal/Indo,cif Rott	1045 My/Je	+1.5%	1030 My/Je	1015 My/Je	1029	1225	1304	1436	984
Palmkern exp,21/23%,cif Rott	124 My	+4.2%	119 My	118 My	119	130	115	129	124
Copra, Phil/Indo, cif N.W.Eur	1035 My	-2.8%	1065 My	1065 My	1044	1016	1045	1078	832
Coconut oil,Phil/Indo,cif Rott	1500 My/Je	-11.8%	1700 My/Je	1680 My/Je	1580	1549	1586	1621	1248
Copra exp.pell. Phil, domestic	193 My	188 My	183	176	268	188	237
Butter, Germany, 25kg, min 82%	5126	+1.1%	5072	4910	4755	4502	2776	4617	3047
Lard, EU, unrefined, 0.5%(i)	720 My	-1.4%	730 My	730 My	745	756	655	780	631
Fish oil,any orig,cif N.W.Eur	1300 My	0.0%	1300 My	1300 My	1325	1350	1700	1519	1700
Fish oil, Peru, fob	1350 My	-0.7%	1360 My	1380 My	1396	1396	2363	1682	2237
Fishmeal, 64/66%, Bremen fca	1315 My	-0.4%	1320 My	1315 My	1296	1304	1478	1389	1492
Fishmeal, Peru FAQ, fob	1200 My	-0.4%	1205 My	1250 My	1250	1242	1408	1300	1479
Fishmeal Peru fob Super Prime	1390 My	-2.1%	1420 My	1500 My	1500	1500	1698	1540	1805
Linseed, Russia, cif N.W.Eur	420 My	-2.3%	430 My	430 My	438	443	413	436	420
Lin oil,any orig,ex-tank Rott	820 My	-1.2%	830 My	832 My	843	831	810	838	848
Lin exp,min.41% profat,fob Bel	360 My	-1.4%	365 My	360 My	358	366	332	368	340
Castor oil, ex-tank Rotterdam	1775 My	+0.6%	1765 My	1825 My	1834	1643	1224	1517	1332
Tung oil,S.America,ex-tank Rot	3545 My	+2.0%	3475 My	3460 My	3466	3359	2222	2874	2170
Tallow,US,bleach.fancy,cif Rot	860 My	820 My	833	861	918	870	704
Tallow, Edible, US, fob Gulf	890 My	+3.5%	860 My	825 My	828	838	915	859	676
Wheat,U.S.,No.2,SRW, fob Gulf	178 My	-2.7%	183 My	..	177	182	199	181	204
Corn,U.S.,No.3, Yellow,fob Gulf	165 My	+1.2%	163 My	..	159	164	169	164	170

(a)Oct/Nov shipment. (b)Oct shipment. (c)Prompt. (d)Shelled basis; cif Rotterdam. (e)1 week only. (f)Sept/ Oct shipment. (g) Domestic, fob ex-mill, max. 0.8% ffa. (h)5% ffa, Malaysian/ Indonesian origin. (i)Packers' lard ex-mill.

Hamburg Market Prices - On May 11, 2017 prices closed in EURO per tonne:

Soya meal: fob ex-mill: May 304-306a, June 303-305a, July 305-306a.

Soya oil, crude: fob ex-mill: May 755a, June 745a, July 740a.

Rape meal: fob ex-mill: June/July 216-218a, Aug/Oct 204-206a, Nov/Jan 213-214a.

Rape oil, refined: June 847a, July 843a, Aug/Oct 802a.

Soybean Crush Conversions in Euro per tonne: First position +16 as of May 11 and +16 as of May 4.

Rapeseed Crush Conversions in Euro per tonne: First position +31 as of May 11 and +29 as of May 4.

Exchange Rate on May 11, 2017: 1 EUR = US-\$ 1.0860 and on May 4, 2017: 1 EUR = US-\$ 1.0927

Monthly averages: 1 EUR = US-\$: Apr 2017: 1.0723, Mar 2017: 1.0685.

Fonte: Oil World

CEREALES Y PIENSOS - Semana 19/2017
Cotizaciones de la Lonja de Mercolleida del viernes 12 de mayo de 2017

Producto	Tiempo	Posición	5 mayo	12 mayo	Pago
Trigo panificable nacional/francés	Disp	scd Lleida	191,00	194,00	30 días
Trigo forrajero nacional/francés	Disp	scd Lleida	184,00	187,00	30 días
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Disp	s/Tarr/almacén	181,00	183,00	Contado
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Jun	s/Tarr/almacén	182,00	184,00	Contado
Trigo forrajero UE-imp. PE 72	Ago-dic	s/Tarr/almacén	173,00	174,00	Contado
Cebada PE 64+ nacional	Disp	scd Lleida	163,00	164,00	30 días
Cebada PE 64 importación	May	s/Tarr/almacén	159,00	161,00	Contado
Maíz Lleida	Disp	scd Lleida	178,00	178,00	30 días
Maíz francés	Disp	scd Lleida	180,00	180,00	15 días
Maíz importación	Disp	s/Tarr/almacén	175,00	173,00	Contado
Maíz importación	May-jun	s/Tarr/almacén	175,00	174,00	Contado
Maíz importación	Nov-ene	s/Tarr/almacén	171,00	170,00	Contado
Centeno	May	s/Tarr/almacén	Sin oferta	Sin oferta	Contado
Centeno	Oct-dic	s/Tarr/almacén	157,00	157,00	Contado
Sorgo	Disp	s/Tarr/almacén	173,00	174,00	Contado
Sorgo	May-jun arribada	s/Tarr/almacén	173,00	174,00	Contado
Harina soja importación 44%	Disp-jun	s/Barna/alm	323,00	320,00	Contado
Harina soja importación 44%	Jul-dic	s/Barna/alm	325,00	323,00	Contado
Harina soja importación 47%	Disp-jun	s/Tarr/Barna/alm	333,00	330,00	Contado
Harina soja importación 47%	Jul-dic	s/Tarr/Barna/alm	335,00	333,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	sco Tàrrega	166,00	166,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	s/Tarr/almacén	163,00	160,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Jun	s/Tarr/almacén	Sin oferta	Sin oferta	Contado
Harina girasol alta proteína 34-36%	Disp	s/Tarr/almacén	192,00	192,00	Contado
Harina girasol alta proteína 34-36%	Jun	s/Tarr/almacén	192,00	192,00	Contado
Torta girasol 36%-38%	Disp	s/Tarr/almacén	194,00	192,00	Contado
Torta girasol 36%-38%	Jul-sep	s/Tarr/almacén	194,00	192,00	Contado
Harina colza 00	Disp	sco Tàrrega	230,00	230,00	Contado
Harina colza 00 importación	Disp	s/Tarr/almacén	227,00	225,00	Contado
Harina colza 00 importación	Ago-oct	s/Tarr/almacén	221,00	221,00	Contado
Harina palmiste	Disp-jun	s/Tarr/almacén	133,00	133,00	Contado
Harina palmiste	Jul-dic	s/Tarr/almacén	125,00	125,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Disp-jun	s/Tarr/almacén	186,00	189,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Oct-dic	s/Tarr/almacén	166,00	168,00	Contado
DDG importación EÉUU	Disp-jun	s/Tarr/almacén	177,00	178,00	Contado
Grasa animal UE 10-12%	Disp	scd Lleida	700,00	700,00	30 días
Grasa animal nacional/UE 3-5%	Disp	scd Lleida	740,00	740,00	30 días
Manteca 1º	Disp	scd Lleida	800,00	800,00	30 días
Manteca 2º	Disp	scd Lleida	780,00	780,00	30 días
Aceite crudo de soja	Disp	s/Barna extract	740,00	742,00	30 días
Aceite de palma	Disp	s/Barna/almacén	716,00	725,00	30 días
Fosfato monocálcico/granel	Mayo	scd Lleida	515,00	515,00	30 días
Fosfato bicálcico/granel	Mayo	scd Lleida	420,00	420,00	30 días
Cascarilla de soja importación	Disp-jun	s/Tarr/almacén	146,00	145,00	Contado
Cascarilla de soja importación	Jul-dic	s/Tarr/almacén	145,00	145,00	Contado
Salvado trigo hoja/granel	Disp	sco Lleida	162,00	162,00	30 días
Salvado trigo harinilla/granel	Disp	sco Lleida	132,00	132,00	30 días
Salvado trigo cuarta/granel	Disp	sco Lleida	120,00	120,00	30 días

- Disp: disponible - s/sf/sc/d/o: sobre puerto/ferrocarril/camión/destino/origen.

(*) Pocas operaciones. (**) Sin operaciones. (***) Sin oferta. EUR/tm. R: regularización.

Fonte: Boletim Mercolleida

LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA

Jornal Oficial da União Europeia
L 119 – 09 de maio de 2017

Regulamento (UE) 2017/786 da Comissão de 8 de maio de 2017,
Que altera o Regulamento (UE) nº 142/2011 no que se refere às definições de farinha de peixe e de óleo de peixe [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 120 – 11 de maio de 2017

Regulamento de Execução (UE) 2017/793 da Comissão de 10 de maio de 2017,
Que altera o Regulamento (CE) nº 180/2008 no que diz respeito à prorrogação do período de designação do laboratório de referência da UE para as doenças dos equídeos que não a peste equina [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/794 da Comissão de 10 de maio de 2017,
Que aprova o dióxido de silício/Kieselguhr como substância ativa existente para utilização em produtos biocidas do tipo 18 [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/795 da Comissão de 10 de maio de 2017,
Que aprova o dióxido de silício amorfo sintético, pirogénico, nano, com tratamento de superfície, como substância ativa existente para utilização em produtos biocidas do tipo 18 [PDF](#)

Regulamento de Execução (UE) 2017/796 da Comissão de 10 de maio de 2017,
Que aprova a diclofluanida como substância ativa existente para utilização em produtos biocidas do tipo 21 [PDF](#)

Decisão de Execução (UE) 2017/800 da Comissão de 8 de maio de 2017,
Que altera a Decisão 2009/821/CE no que se refere às listas de postos de inspeção fronteiriços e de unidades veterinárias no sistema Traces [notificada com o número C(2017) 2899] [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 121 – 12 de maio de 2017

Decisão de Execução (UE) 2017/811 da Comissão de 10 de maio de 2017,
Que aprova o plano alterado apresentado pela Bélgica para a aprovação de estabelecimentos para efeitos de comércio intra-União de aves de capoeira e de ovos para incubação nos termos da Diretiva 2009/158/CE do Conselho [notificada com o número C(2017) 2947] [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
L 122 – 13 de maio de 2017

Decisão de Execução (UE) 2017/819 da Comissão de 12 de maio de 2017,
Que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2017/247 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membros [notificada com o número C(2017) 3331] [PDF](#)

Jornal Oficial da União Europeia
C 148 – 12 de maio de 2017

Comunicação sobre a publicação dos dados relativos à produção de leite cru, nos termos do artigo 149º, nº 5, do Regulamento (UE) nº 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho [PDF](#)

Newsletter da ANIL 15.maio.2017

LATICÍNIOS AÇORIANOS PRECISAM AINDA DE ESFORÇO DE QUALIFICAÇÃO

O professor e político açoriano, Jaime Gama, considera que há ainda um 'esforço a fazer' para libertar a indústria de laticínios que opera nos Açores da 'era da produção de leite em pó' e apelou, por isso, a uma maior modernização do produto final.

Até porque, referiu, "o produto lácteo final dos Açores, cuja matéria-prima é excelente e comparável ao que há de melhor na Europa, não tem a qualidade à altura da sua matéria-prima e necessita de um esforço suplementar de qualificação para conquistar mercados mais sofisticados e para robustecer a credibilidade das suas marcas". Jaime Gama falava na primeira conferência organizada este ano pelo Açoriano Oriental e que teve ontem lugar no Terceira Mar Hotel, em Angra do Heroísmo, com o tema "Os Grandes Desafios da União Europeia".

Jaime Gama também não deixou de falar da carne açoriana, que "não é um recurso suficientemente explorado e valorizado". E deu como exemplo a forma como a carne é vendida nos restaurantes, defendendo que é preciso ir além do "bife com gordura, alho e pimenta", apelando, por isso, a um maior investimento na qualificação da restauração e hotelaria nos Açores. Jaime Gama lembrou que os Açores conseguiram um 'prodígio' em matéria de requalificação do seu tecido pecuário - cujo leite representa cerca de um terço da produção nacional - embora, acrescentou, "destruindo o seu tecido agrícola e menosprezando o seu tecido florestal".

E nem sequer os agricultores ficaram isentos de reparos por parte do antigo ministro, com Jaime Gama a dizer que também é preciso as associações do setor modernizarem o seu discurso, "porque não é só querer enfiar no presidente do Governo Regional a cada conferência de imprensa uma fatura de transferência de mais subsídios. É preciso olhar também para a economia real, por cima disso tudo, com espírito de futuro", concluiu.

Fonte: Açoriano Oriental

PÚBLICO

15.maio.2017

ESTADO CONDENADO A PAGAR 12 MILHÕES DE EUROS A AVIÁRIOS

Foi uma das maiores crises de segurança alimentar de sempre e levou ao abate de 1,6 milhões de frangos, perús, patos e codornizes. Culpa ficou solteira - se é que houve culpados - mas tribunais têm obrigado a indemnizar produtores.

A crise já tinha passado quando um relatório oficial veio admitir que quantidades de substâncias proibidas detectadas eram mínimas na maioria dos casos FERNANDO VELUDO/ARQUIVO

A ideia do dono de duas churrasqueiras do Cacém encheu-lhe as casas de gente, apesar de mal pagar o carvão: baixou o preço para um euro por frango assado. "Os que eu vendo não têm nitrofuranos", assegurava, satisfeito, no meio de uma das maiores crises de segurança alimentar que Portugal alguma vez conheceu.

Catorze anos depois de o pânico se ter instalado, fazendo descer o consumo de carne de aves a níveis que fizeram perigar todo um sector e falir algumas empresas, os portugueses

continuam a pagar os custos dessa crise. Segundo dados do Ministério da Agricultura, a factura emitida pela justiça até hoje, altura em que ainda há processos a correr em tribunal, ascende a perto de 12 milhões de euros, dez dos quais já pagos pelo Estado – que mandou abater de forma maciça frangos, perús e codornizes supostamente contaminados por um antibiótico proibido administrado na alimentação dos animais. Potencialmente cancerígeno para os humanos, a substância terá sido usada para prevenir doenças ou até promover o crescimento.

Processos dos nitrofuranos podem nunca chegar aos tribunais

Os produtores dizem ter ganho todas as acções que desencadearam nos tribunais administrativos contra o Estado, para serem ressarcidos dos prejuízos. Só à Avibom foram pagos 4,6 milhões no final de 2015.

Não existem notícias de que a justiça tenha alguma vez conseguido provar em tribunal a contaminação, não obstante os 139 inquéritos abertos por ordem da Procuradoria-Geral da República entre 2003 e 2005, com base em análises feitas pelo Laboratório Nacional de Investigação Veterinária. Fonte da Polícia Judiciária, que na altura investigou o caso, explica que, mesmo nos casos em que havia vestígios do antibiótico nos animais, se revelava complicadíssimo saber se tinham sido os criadores ou os fornecedores de rações a introduzi-lo na comida ou na água. E a actuação da Inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE), que foi a autoridade que esteve nas explorações em primeiro lugar, “deixava muito a desejar”, recorda o mesmo responsável. Nunca ninguém foi posto sob escuta, por exemplo, até porque nessa altura “a investigação era arqueológica.”

A verdade é que os inspectores das Actividades Económicas chegaram a queixar-se de que o então ministro da Agricultura, Sevinate Pinto, se precipitou ao anunciar, a 26 de Fevereiro de 2003, que tinha proibido vários aviários de colocar os seus produtos no mercado, por suspeita da presença de um composto cancerígeno nas aves. “Tornou inviável a nossa investigação. Andámos a trabalhar para o boneco, porque as pessoas [os produtores] deixaram de dar o produto, substituíram os animais ou trataram de os vender mais rapidamente”, chegou a dizer um dirigente sindical da IGAE.

Mesmo antes de mandar abater os animais o Governo proibiu a sua comercialização. Mas quando os inspectores chegaram a algumas das explorações pecuárias que tinham sido alvo do chamado sequestro, já as aves tinham voado para outras paragens. Sevinate Pinto chegou a falar numa rede de venda de nitrofurano em território nacional. “A culpa não vai morrer solteira”, assegurava o ministro-adjunto do primeiro-ministro Durão Barroso, José Luís Arnault. Prova disso pareciam ser os processos-crime desencadeados em vários pontos do país, por indícios de corrupção de substâncias alimentares, e as toneladas de carne retiradas não só da cadeia de produção como das prateleiras dos supermercados.

Bruxelas pediu explicações a Portugal, dado o peso deste produto nas exportações. “A descoberta de uma substância proibida nos frangos portugueses é muito preocupante e não devia ter acontecido”, declarava o comissário europeu responsável pela Saúde e Protecção dos Consumidores, que ainda equacionou o embargo da carne de aves nacional. A garantia dos especialistas de que o real malefício dos nitrofuranos dependia da quantidade e frequência do consumo da carne contaminada não sossegava ninguém.

Sevinate Pinto morreu entretanto, mas o seu secretário de Estado-adjunto Frazão Gomes ainda hoje se lembra bem das noites sem pregar olho nos perto de três meses que durou a crise, das idas quase semanais ao Parlamento para prestar esclarecimentos e do fim-de-semana em que teve de tomar uma decisão sobre o abate maciço que lhe era proposto pelos serviços. Desapareceram 1,6 milhões de aves, incluindo patos. “Talvez tenha havido algum exagero, a esta distância é fácil dizê-lo”, justifica. “Mas na altura a Europa estava altamente vulnerável a este tipo de problemas, de que a crise das vacas loucas, que aconteceu antes, foi

o expoente máximo. A verdade é que conseguimos impedir o fecho das fronteiras à exportação e restabelecer a confiança dos consumidores.”

A necessidade de restabelecer a confiança do mercado foi um dos argumentos que o Estado esgrimiou em tribunal para se furtar às indemnizações. Nada disto teria sucedido se os criadores não tivessem lançado mão do antibiótico proibido, foi alegado, e se a destruição das aves não tivesse sido feita em tão larga escala, o consumo nunca voltaria ao normal. Uma argumentação considerada inverosímil no mais recente acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul sobre o assunto, que data do fim de Março passado e estabelece uma indemnização superior a um milhão de euros para a Interaves, empresa do grupo Valouro que perdeu 691 toneladas de frangos, codornizes e perús congelados.

“As carnes não foram apreendidas por se ter constatado a sua contaminação por dioxina, mas apenas devido às medidas cautelares desencadeadas pelo Governo”, diz a sentença, sublinhando que os autos de apreensão da carne naquele aviário não aludem a qualquer infracção cometida pelo produtor – pelo que não se pode dar como provada a existência nitrofuranos.

Governo proíbe comercialização de carne de aves congelada antes de dia 14

Segundo um acórdão de 2006, do Supremo Tribunal Administrativo, o abate indiscriminado foi ilegal, porque a lei só permitia fazê-lo no caso de as aves estarem comprovadamente afectadas, tendo sido impossível testar todos os animais eliminados. Mas decisões mais recentes qualificam o que sucedeu como um acto lícito no âmbito dos poderes de prevenção sanitária e defesa da saúde pública do Estado – cujos custos não podiam, no entanto, ter sido assacados ao sector privado. Só que o Governo de Durão Barroso sempre disse aos avicultores não ter dinheiro para os compensar.

“O Estado perdeu todos os processos”, confirma o secretário-geral da Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras, Manuel Lima. “Que eu saiba, nunca ninguém foi condenado por usar nitrofuranos. Em Espanha os resultados das análises eram semelhantes e nunca houve problemas.”

A resposta para o mistério pode estar num relatório que a Direcção-Geral de Veterinária fez logo em Outubro de 2003, em que admite que as quantidades de nitrofuranos detectadas na maior parte das amostras positivas eram de tal modo diminutas que seria quase impossível corresponderem a tentativas de melhorar a saúde dos animais. A tese mais plausível será afinal a da contaminação accidental das rações. “O facto de se tratar de uma substância proibida levou os laboratórios a entender ser desnecessário quantificar os teores de resíduos”, lê-se no documento, que explica que as decisões tomadas até 5 de Março não levaram isso em conta.

Segurança alimentar melhorou, constata a Deco

A segurança alimentar em Portugal nos últimos anos “sofreu uma evolução muito positiva”, considera Dulce Ricardo, coordenadora da equipa técnica alimentar da associação de defesa do consumidor Deco. “Cada vez encontramos menos resíduos de antibióticos”, refere.

CRONOLOGIA CRISE DOS FRANGOS DUROU TRÊS MESES

Outubro de 2002

O Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, que tinha integrado um grupo reduzido de laboratórios europeus para testar uma nova técnica de detecção de nitrofuranos, começa a receber os primeiros resultados positivos às amostras nacionais de carne para consumo humano.

Janeiro de 2003

Ações de fiscalização a distribuidores de medicamentos veterinários feitas pela Direcção-Geral de Veterinária e pela Inspeção-Geral de Actividades Económicas sem conhecimento da tutela detectam várias substâncias não autorizadas, incluindo um nitrofurano, a furaltadona, em barricas de origem chinesa.

12 de Fevereiro de 2003

São impostos os primeiros sequestros às explorações pecuárias cujas análises foram positivas, impedindo assim os produtos de saírem para o mercado, e recolhidas novas amostras de águas e rações.

26 de Fevereiro de 2003

O ministro da Agricultura, Sevinate Pinto, reconhece publicamente estar-se perante uma ameaça à segurança alimentar. Em Portugal consomem-se cinco milhões de frangos por semana. Associação do sector culpa Governo por não controlar devidamente entrada de substâncias proibidas em Portugal.

28 de Fevereiro de 2003

Comissão Europeia é informada oficialmente da situação, que nesta altura já levou à aplicação de sequestros a 45 explorações avícolas, uma de suínos e outra de coelhos.

3 de Março de 2003

Sevinate Pinto admite existência de rede clandestina de abastecimento de nitrofuranos em Portugal.

6 de Março de 2003

O primeiro-ministro Durão Barroso anuncia que vão ser revelados os nomes dos aviários sujeitos a medidas de abate por causa da contaminação: “Não podemos mentir nem à população nem às autoridades comunitárias”. Promete tratar infractores “sem contemplação” e alude à origem europeia de alguns dos medicamentos ilegais, mencionando a Alemanha.

8 de Março de 2003

Bastonário dos Veterinários declara que há um mercado negro de medicamentos para a pecuária.

10 de Março de 2003

Consumo de frango regista uma quebra de 80%, ameaçando afundar as quatro mil empresas do sector. Ainda há-de descer mais.

11 de Março de 2003

Produtores começam a contestar resultado das análises.

14 de Março

Procuradoria-Geral da República considera existirem indícios de crimes de corrupção de substâncias alimentares e instaura procedimentos criminais em vários pontos do país. Governo decide retirar também do mercado toda a carne de aves congelada até esse dia.

17 de Março de 2003

Comissário europeu responsável pela Saúde e Protecção dos Consumidores revela-se preocupado e diz que o embargo à carne portuguesa – que acabaria por nunca ser decretado – não está fora de questão: “A descoberta de uma substância proibida nos frangos portugueses é muito preocupante e não deveria ter acontecido”. Associação de defesa do consumidor Deco revela que 17 de 20 amostras de carne de peru que testou apresentam contaminação com nitrofuranos.

21 de Março

É dada ordem de destruição dos animais suspeitos de contaminação. São abatidos 1,6 milhões de frangos, perús, patos e codornizes.

22 de Março

“Sou implacável do ponto de vista da fiscalização. Estou confiante que as coisas estão controladas”, diz o Presidente Jorge Sampaio.

24 de Março de 2003

Presidente da Associação de Centros de Abate de Carne de Aves demite-se, depois de ter estado 20 anos no cargo: “Senti-me com falta de capacidade para lidar com isto tudo. Está em causa a destruição completa de um sector.” Fala-se de prejuízos de um milhão de euros/dia.

8 de Maio de 2003

Consumo de carne de aves volta à normalidade.

21 de Outubro de 2003

Direcção-geral de Veterinária termina relatório final sobre a crise dos frangos.

VIII CONGRESSO NACIONAL DE SUINICULTURA



Já é conhecido o Programa Científico do VIII Congresso Nacional de Suinicultura.

O certame que decorrerá no Cartaxo a 22 e 23 de Junho abordará os assuntos mais pertinentes afectos à suinicultura nacional.

Dividido em 5 painéis, os dois primeiros serão dedicados à sanidade animal.

O primeiro será sobre estratégias para a redução do uso de antibióticos na produção suinícola.

Seguidamente tomará lugar o painel sobre o Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky que continua, naturalmente, na ordem do dia e contará com a presença de todos os gestores regionais do plano a fim de conhecer a realidade do país, pela voz de quem tem o conhecimento próximo da mesma.

No dia 23, o Congresso abre com uma das maiores riquezas patrimoniais de Portugal: as raças autóctones e intervirão os Presidentes de Câmara que mais têm feito pela promoção das raças suínas autóctones do nosso país.

O comércio internacional estará também na ordem do dia, com o exemplo espanhol (3º maior exportador mundial) e as intervenções das autoridades sanitárias e comerciais do país.

Por fim, e para encerrar em grande, a tarde de dia 23 está reservada para o lançamento do programa "Porco.PT".

Será, com toda a certeza, um Congresso memorável.

Conheça o Programa Científico **[clikando aqui](#)**. Inscreva-se no VIII Congresso Nacional de Suinicultura. Preencha a **[ficha de inscrição](#)** e envie por e-mail para **fpas@suinicultura.com**.

FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA - CAP

14 de junho



14
JUNHO

Feira Nacional
de Agricultura

10h00
Sala Tejo

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

Novos desafios para a produção animal Biossegurança e Resistência antimicrobiana

Programa

- 10:15** **Abertura**
Luís Mira - Secretário-Geral CAP
- 10:30** "Resistência a antimicrobianos: o nosso desafio"
Jorge Ferreira - SAFOSO
- Painel I: "Biossegurança nas explorações pecuárias"**
Yolanda Vaz - DGAV
- Comentários**
António Ricardo Batista - Produtor Avícola
João Diogo Silva - Produtor Leiteiro
Miguel Madeira - Produtor extensivo
- Moderador**
Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários
Jorge Cid
- Debate**
- 12:00** **Coffee-break**
- 12:15** "Produção animal vs utilização de antibióticos"
Rui Gabriel - Apifarmavet
- Painel II: "Plano Nacional para a redução do Uso de antibióticos" PANRUAA**
Lucília Mendes - DGAV
- Comentários**
Patrícia Inácio - DGAV
Jaime Piçarra - IACA
Patrícia Poeta - UTAD
- Moderador**
Vice-Presidente da CAP
José Eduardo Gonçalves
- 13:30** **Conclusão e Encerramento**
Fernando Bernardo, Director-Geral de Alimentação e Veterinária

Cofinanciado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nos Zonas Rurais

Colaboração:

